



a migração nas regiões administrativas da grande são paulo segundo o censo do 1980

José Marcos Pinto da Cunha (*)

RESUMO – A partir da utilização de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980, objetiva-se analisar a migração intra-regional no Estado de São Paulo. Salienta-se, num primeiro momento, as principais características migratórias das regiões administrativas do Estado, sendo dada maior ênfase aos volumes e intensidades de emigração e imigração registrada em cada uma delas, na década de 70. *A posteriori*, com a análise das correntes envolvidas no processo migratório global do Estado de São Paulo, procura-se demonstrar as direções e sentidos desses movimentos, a importância dos diversos fluxos, assim como o resultado líquido dos intercâmbios havidos entre as diferentes regiões administrativas.

INTRODUÇÃO

A informação censitária brasileira acerca dos movimentos migratórios tem experimentado, ao longo do tempo, uma evolução qualitativa das mais significantes. Este processo fica evidente quando se comparam as primeiras perguntas utilizadas para este fim com as disponíveis no último censo, as quais, apesar de poderem apresentar limitações, têm um grande potencial no que diz respeito às possibilidades de análise.

No entanto, no caso do Estado de São Paulo, parece não haver trabalho algum que explore inteiramente estes dados, principalmente a nível intra-estadual. Desta forma, não foram abordados, até agora, elementos da maior relevância tais como: volumes e intensidades de emigração e imigração; direção e sentido das correntes migratórias que, por sua vez, permitem identificar e, portanto, estudar lugares de origem e destino, e, finalmente, características demográficas e sócio-econômicas dos migrantes. Todos estes aspectos deveriam complementar e enriquecer o conhecimento até então acumulado sobre o fenômeno.

Foi com o intuito de trabalhar estes dados censitários que se aprovou e se deu anda-

(*) Pesquisador, Convênio NEPO/UNICAMP/Fundação SEADE

mento, na Fundação SEADE, ao projeto "Migrações no Estado de São Paulo" iniciado em fins de 1985. Ainda que boa parte do ano seguinte tenha sido dedicada à preparação e execução do plano de tabulações, foi elaborado um primeiro estudo que consistia na avaliação "quantitativa" dos movimentos migratórios no Estado. Os resultados desta análise constituem o corpo deste trabalho. As unidades espaciais consideradas derivaram-se da divisão administrativa (11 regiões) que até 1982 prevalecia no Estado de São Paulo. Mais que obedecer a um critério analítico, a utilização dessa espacialização teve um sentido prático, já que esta divisão territorial tem sido objeto de várias análises na Fundação SEADE, o que possibilita não só manter a comparabilidade como também o eventual aproveitamento de resultados já existentes.

Este documento deve ser o início de uma análise mais ampla da migração em São Paulo. Mesmo contando com informações defasadas no tempo, por referirem-se à década de 70 (contudo, vale frisar, as únicas disponíveis), a proposta deste e de futuros estudos deverá despertar interesse, porquanto aportará informações inéditas e, como já se apontou, de importância para a melhor compreensão dos deslocamentos populacionais no território paulista.

Inicialmente são feitos alguns esclarecimentos de ordem metodológica, considerados relevantes para a compreensão do texto. Logo em seguida são apresentadas, rapidamente, as principais características econômicas de cada região administrativa (RA) do Estado de São Paulo. Na terceira seção, o trabalho trata do perfil migratório das regiões administrativas (RAs), sendo a maior ênfase dada aos volumes e intensidades de emigração e imigração registradas em cada um delas na década de 70 (1). Prossegue-se, na quarta seção, com a análise das correntes envolvidas no processo migratório global do Estado de São Paulo, quando são estabelecidas as direções e sentidos dos movimentos, importância dos diversos fluxos, assim como o resultado líquido dos intercâmbios havidos entre diferentes regiões administrativas. Finalmente, como forma de destacar os principais resultados do estudo, há uma breve síntese.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para evitar dúvidas e/ou interpretações errôneas dos resultados deste estudo, faz-se necessário uma série de esclarecimentos sobre conceitos, estimativas e até mesmo nomenclaturas utilizadas. Antes, contudo, cabe justificar que a escolha das 11 regiões administrativas do Estado de São Paulo deu-se exclusivamente no sentido de melhor operacionalizar a análise proposta. Mesmo que as perguntas censitárias, como ver-se-á mais adiante, não sejam totalmente adequadas para este nível de agregação espacial, ponderou-se ser mais viável este caminho do que considerar os 571 municípios que compõem o Estado.

Todos os dados aqui utilizados derivam de tabulações especiais do Censo de 1980 em seus itens relativos a migração, dos quais pode-se obter volumes e taxas de imigração, emigração, migração líquida (diferença entre os dois primeiros) e as correntes migratórias internas. As taxas que visam estimar a intensidade do fenômeno foram obtidas pelo quociente entre o volume de imigração, emigração ou migração líquida e a população média do período 1970/1980.

Como a fita disponível do Censo de 80 correspondia apenas ao Estado de São Paulo,

pode-se contar tão-somente com o volume de emigrantes com residência fora dessa unidade da federação, obtido a partir de uma tabulação complementar disponível para o conjunto do País. Desta forma não foi possível dispor de informações referentes às correntes migratórias formadas entre as regiões de São Paulo e outros estados. Contudo, dispunha-se de informações, por município, dos volumes totais de imigrantes e emigrantes, o que possibilitou, pelo menos, se obter, por diferença de volume de emigração interna, as perdas populacionais ocorridas para fora do Estado.

Considerar as regiões administrativas como unidades de análise implicou em definir como migrante o indivíduo não-natural da região de residência atual (2) que aí vivia há menos de 10 anos e cujo município de residência anterior não pertencesse à região onde foi recenseado. Como se pode notar, o termo migrante é utilizado no sentido de generalizar tanto a condição de imigrante como a de emigrante, já que ambas dependem do referencial que se adote; o imigrante de uma região A é o emigrante da região B.

Ao adotar tal definição, surgem alguns problemas metodológicos insolúveis: em primeiro lugar, pelo Censo não é possível identificar o verdadeiro número de não-naturais da região, já que com a pergunta formulada ("nasceu neste município?") captam-se também, nesta categoria, os naturais que se movimentaram internamente. Ainda que parte do problema tenha sido sanado ao se considerar apenas os indivíduos com residência anterior fora da região, ao se agir desta maneira deixou-se de considerar os não-naturais da região que realizaram pelo menos um novo movimento intra-regional.

Portanto, os volumes apresentados para cada uma das regiões administrativas, sejam de imigração, emigração ou migração líquida, podem não corresponder totalmente à realidade, à medida que dependem do nível de mobilidade intra-regional dos não-naturais. Assim, é fundamental tomar-se em conta esse esclarecimento no momento de examinar as cifras apresentadas: neste sentido, os níveis de mobilidade intra-regional, discutidos em uma das seções, podem ser úteis para dimensionar o erro cometido na estimação, já que aí está embutida a parcela que se deixa de considerar em função da definição utilizada.

Finalmente, vale lembrar que, por tratar-se do resultado final do processo migratório da década, ou seja, somente foi considerado o último movimento, os volumes de migrantes obtidos a partir do Censo deveriam corresponder a um período inferior a dez anos, possivelmente fins da década de 70. Por estes motivos, por exemplo, é que os saldos migratórios calculados indiretamente (relações de sobrevivência), em geral, não coincidem com aqueles obtidos pela informação direta.

BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Historicamente tem-se constatado que os movimentos migratórios guardam estreita relação com as características das áreas de origem e destino dos mesmos. Em geral, aceita-se

a premissa de que a migração está motivada, em grande medida, pela busca de melhores condições de vida e, mais especificamente, melhores oportunidades de emprego.

Dai porque, mesmo não sendo o objetivo deste estudo, é interessante situar cada uma das RAs em termos de sua base econômica, de maneira que, minimamente, possam ser compreendidas as características migratórias regionais. Neste sentido, e como já comentado anteriormente, pode-se lançar mão de alguns estudos elaborados na Fundação SEADE, dos quais é bastante representativa a série “Análise Demográfica Regional” (3).

Sabe-se, assim, que a Região 1 – Grande São Paulo – é altamente industrializada, além de apresentar um setor terciário bastante diversificado. O Litoral (Região 2) e Vale do Paraíba (Região 3) caracterizam-se também pela importância do setor secundário em sua estrutura econômica, sendo que, no caso da primeira região, deve-se também destacar o grande dinamismo do setor terciário, propiciado pelas atividades portuárias e turísticas. Já Campinas (Região 5) combina o dinamismo industrial (o segundo parque industrial do Estado) com a intensa atividade agropecuária, por sinal, uma das maiores da Estado de São Paulo. Ribeirão Preto (Região 6) apresenta sua base econômica centrada na atividade agropecuária, contudo, o setor da indústria demonstra bom desempenho, fundamentalmente, pela proliferação das agroindústrias criadas em função do programa Próálcool.

As regiões de Sorocaba (Região 4) e Bauru (Região 7) também têm no setor agropecuário sua maior força econômica, ainda que a atividade secundária esteja em crescimento: na primeira região, pelo processo de desconcentração industrial da Grande São Paulo, e na segunda, pelas atividades ligadas à agroindústria.

Finalmente restariam as regiões de São José do Rio Preto (Região 8), Araçatuba (Região 9), Presidente Prudente (Região 10) e Marília (Região 11), que compõem o chamado Oeste Paulista e são áreas de ocupação mais recente, propiciada pela expansão da atividade cafeeira para o interior do Estado de São Paulo. Embora hoje o café já tenha perdido sua importância, ainda a agropecuária é a base do setor econômico destas regiões. Pode-se mencionar também importantes transformações pelas quais passaram as regiões do Oeste Paulista, a saber: a progressiva capitalização do campo, as mudanças de cultivos permanentes por temporários e a expansão da pecuária, principalmente em Araçatuba e Presidente Prudente, todas elas incidindo em uma menor utilização de mão-de-obra.

A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS (RAs) DO ESTADO DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 70: VOLUMES E INTENSIDADES

Segundo o Censo de 1980, o volume total de imigrantes registrados nas diferentes regiões administrativas do Estado de São Paulo – sem considerar os movimentos intra-regionais (4) – foi da ordem de 4,5 milhões de pessoas. Deste montante 62,5% procediam de outros estados, sendo o complemento (37,5%) composto de migrantes intra-estaduais. A Grande São Paulo constituiu-se na região onde o peso da imigração externa foi maior (78%). Já nas áreas



do litoral, Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, este percentual oscilou entre 40 e 50% enquanto que, nas demais regiões, Araçatuba, São José do Rio Preto e Marília, permaneceu pela casa dos 30% (Tabela 1).

Tabela 1 – Imigração e Emigração por Origem e Destino dos Movimentos Migratórios, Respectivamente, Segundo as Regiões Administrativas Estado de São Paulo

Regiões Administrativas	Imigração			Emigração		
	Total (1)	Origem		Total	Destino	
		Em S. Paulo	Fora S. Paulo		Em S. Paulo	Fora S. Paulo
Grande São Paulo . . .	2.463.079	22,07	77,93	813.985	55,49	44,51
Litoral	265.644	48,68	51,32	98.514	72,04	27,96
Vale do Paraíba	192.171	45,60	54,40	71.817	66,98	33,02
Sorocaba	207.321	58,79	41,21	108.988	85,46	14,54
Campinas	708.974	55,66	44,34	173.374	72,51	27,49
Ribeirão Preto	233.376	53,62	46,38	148.481	73,66	26,34
Bauru	101.372	69,83	30,17	92.203	92,35	7,65
S. José do Rio Preto .	109.895	69,40	30,60	180.474	78,35	21,65
Araçatuba	69.582	65,37	34,63	129.323	76,34	23,66
Presidente Prudente .	84.750	55,17	44,83	180.499	75,42	24,58
Marília	88.688	61,59	38,41	178.437	82,05	17,95

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)

(1) Não considera a migração intra-regional.

Já a emigração para fora do Estado foi bem menos intensa, sendo que a taxa não superou a cifra de 0,32% ao ano; mesmo assim, o volume alcançado de emigrantes foi bastante significativo: 685 mil pessoas. A nível das RAs constatou-se que muitas delas apresentaram tanto volumes como taxas elevadas de evasão populacional. No entanto, grande parte destes emigrantes deslocaram-se internamente no Estado (71%), os quais, por se tratarem de imigrantes do ponto de vista da região de destino, representam aqueles 37,5% já mencionados que apresentavam como procedência alguma região de dentro do Estado.

Este quadro parece ser um reflexo, por um lado, das características eminentemente atrativas desta unidade da federação e, por outro, do importante nível de mobilidade interna observado no período, decorrente de mudanças nos padrões de localização da população dentro do Estado.

Em São Paulo, as disparidades em termos dos fenômenos de emigração e, principalmente, de imigração são bem acentuadas entre as regiões administrativas. Esta heterogeneidade, contudo, se faz mais presente nos volumes do que nas intensidades medidas pela taxa média anual de migração, como será visto posteriormente.

A seguir, traça-se um perfil das unidades de análise buscando destacar suas principais especificidades com respeito ao fenômeno migratório.

O balanço migratório regional

Alguns estudos já foram elaborados no sentido de analisar as características migratórias das regiões administrativas do Estado de São Paulo com base em estimativas indiretas dos saldos migratórios.

Assim, os resultados aqui apresentados, apesar de inéditos, no sentido de que provêm de outra classe de dados (no caso, as perguntas censitárias específicas sobre migração), mostram bastante semelhança com os até então existentes (Informe Demográfico, 1981 e 1985).

A partir do Mapa 1, onde se apresentam os saldos migratórios regionais e as respectivas taxas médias anuais, pode-se visualizar as especificidades de cada região administrativa. Consta-se, assim, que toda a porção oeste do Estado é composta por zonas de evasão demográfica, enquanto que regiões mais a leste, como a Grande São Paulo e Campinas, destacam-se pelos elevados volumes de ganhos populacionais líquidos. Resta ainda um grupo de áreas onde a migração líquida positiva, ainda que em níveis menores que as anteriores, atingiu contingentes importantes, sendo a única exceção a região de Bauru, onde o saldo migratório foi praticamente inexpressivo.

Para não correr o risco de se repetir o que já consta de análises anteriores, propõe-se não entrar em maiores detalhes sobre estes resultados e, diretamente, investigar o que esteve por detrás dos valores da migração líquida registrada na década de 70, o que significa identificar os volumes de imigração e emigração experimentados pelas regiões, coisa até agora pouco ou nada conhecida.

É importante que se alerte que tais componentes devem ser considerados, não só com relação aos volumes, mas também pelas suas intensidades, sendo ambos os aspectos importantes: enquanto o primeiro permite dimensionar o fenômeno e relativizá-lo no contexto global do Estado, o segundo possibilita determinar o impacto exercido sobre a população de cada região em particular.

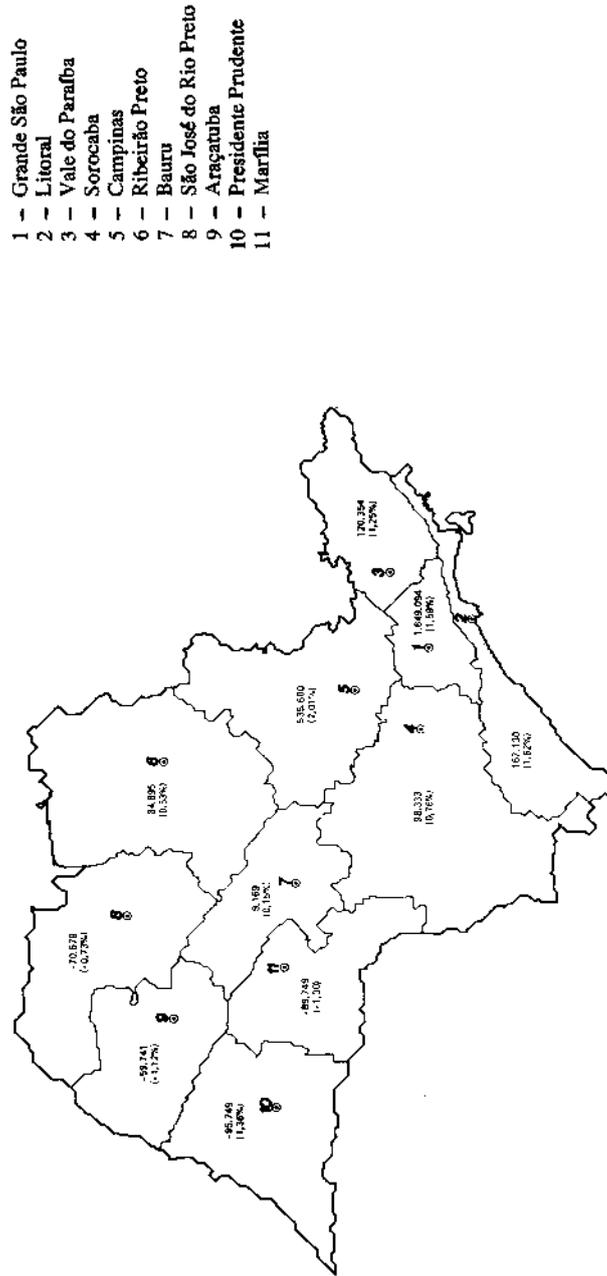
Os componentes do processo migratório: emigração e imigração

Como observamos, no Estado de São Paulo, na década passada, distinguiam-se três grandes grupos de regiões, segundo o resultado do processo migratório: o primeiro, onde a migração líquida atingiu valores positivos muito elevados; outro, em que os ganhos populacionais foram sensivelmente menores, mas nem por isso inexpressivos (5) e, por último, um grupo de regiões que experimentaram importantes perdas populacionais líquidas.

Considerando, em cada caso, os resultados da imigração e emigração da década de 70, pode-se fazer algumas observações, no sentido de situar cada uma das áreas estudadas quanto



Mapa 1 – Regiões Administrativas Segundo o Volume e Taxa de Migração Líquida
Estado de São Paulo
1970/80



FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1980
(Tabulações Especiais)

às suas características migratórias mais específicas.

Constata-se assim, pela Tabela 2, que, mesmo sendo amplamente superados pelos elevados contingentes de imigrantes, foram importantes as perdas populacionais experimentadas pelas regiões de Campinas e, sobretudo, Grande São Paulo. Embora o impacto desta evasão demográfica não tenha sido significativo neste primeiro grupo, haja visto as taxas registradas – as menores do Estado – é notável constatar que contingentes da ordem de 170 mil e 800 mil pessoas, respectivamente, deixaram, na década de 70, estas áreas, que podem ser consideradas como das mais desenvolvidas do país.

Tabela 2 – Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, Segundo Volume e Taxa Média Anual de Imigração e Emigração 1970/1980

Regiões Administrativas	Imigração		Emigração	
	Volume	Taxa %	Volume	Taxa %
Total	4.524.852	–	2.381.856*	–
Grande São Paulo	2.463.079	2,38	813.985	0,08
Litoral	265.644	2,57	98.514	0,95
Vale do Paraíba	192.171	2,00	71.817	0,75
Sorocaba	207.321	1,61	108.988	0,85
Campinas	708.974	2,66	173.374	0,65
Ribeirão Preto	233.376	1,46	148.481	0,93
Bauru	101.372	1,67	92.203	1,52
S. José do Rio Preto	109.895	1,14	180.474	1,87
Araçatuba	69.582	1,31	129.323	2,43
Presidente Prudente	84.750	1,21	180.499	2,57
Marília	88.688	1,28	178.437	2,58
Sem Especificação	–	–	205.761	–

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)

* Considera 205.761 emigrantes sem declaração de município anterior.

No caso da Região Metropolitana, uma das hipóteses que poderiam ser levantadas sobre este comportamento diz respeito ao seu possível caráter de zona intermediária na trajetória do migrante. Em outros termos, a Grande São Paulo seria, para parte destes indivíduos que aí chegam, apenas uma etapa prévia ao destino final. Fundamentalmente no caso dos imigrantes de outros estados, que, por sinal, são a maior parte, o grande centro seria o primeiro ponto de referência no Estado, a partir do qual, seja por estar o migrante, depois de certo tempo, provido de maiores informações sobre as perspectivas do Estado, seja porque, por diversas razões (trabalho, moradia etc.) tenha que se deslocar, dar-se-ia, voluntária ou involuntariamente, o movimento de caráter mais definitivo. Também é possível, e isso já se nota em dados preliminares, que parte dos emigrantes da Grande São Paulo seja constituída por migrantes de retorno que, não integrados no mercado de trabalho ou por outros problemas de adaptação enfrentados, tenham migrado de volta ao seu lugar de origem.



Somente considerando os deslocamentos internos em termos do Estado, é provável que as perdas populacionais de Campinas (por exemplo) dêem-se pelas perspectivas oferecidas em regiões vizinhas, por um lado, na agroindústria diversificada – como em Ribeirão Preto, com o Proálcool – e, por outro, nos centros de maior dinamismo industrial como é o caso específico da Grande São Paulo. Como se verá mais adiante, os movimentos em direção às regiões mencionadas correspondem à grande parte da emigração de Campinas (mais de 60%), o que justifica as hipóteses acima.

No segundo grupo encontram-se as regiões onde, em geral, foram registrados os menores volumes de emigração do Estado, ao mesmo tempo que taxas em níveis reduzidos. A pequena propensão a expulsar população, aliada à modesta mas evidente força atrativa – refletida pelas taxas de imigração e os contingentes de imigrantes recebidos (da ordem de 200 mil pessoas) –, permite entender, do ponto de vista demográfico, as características que Litoral, Vale do Paraíba, Sorocaba e Ribeirão Preto apresentaram quando da análise dos saldos migratórios. Dentre estas regiões, as duas primeiras despontam junto com Campinas como os grandes pólos de atração do interior paulista.

O caráter atrativo destas regiões, a não ser Ribeirão Preto, que, em parte, estaria ligado a um programa governamental específico (Proálcool), pode apresentar relação direta com o processo de industrialização experimentado em decorrência da desconcentração industrial ocorrida na Grande São Paulo na década de 70. Até mesmo as desigualdades entre estas áreas em termos de imigração poderiam ser interpretadas de maneira semelhante, já que cada qual assumiu um papel diferente na expansão da indústria no Estado e, por conseguinte, na divisão regional do trabalho (Furtado, 1986).

Merece destaque especial a região de Bauru, onde, apesar da migração líquida ser positiva, a emigração e imigração atingiram níveis bem semelhantes. Vale frisar que esta região recebeu volume de imigração sensivelmente menor que as unidades consideradas. Trata-se, portanto, de uma área única no Estado de São Paulo, o que se justifica pelo seu caráter de zona de recuperação demográfica (6).

Por último restariam as regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, onde, ao contrário do grupo anterior, foram observados os maiores volumes de emigrantes do interior do Estado, os quais, à exceção de Araçatuba, com volume pouco menor (129 mil), atingiram em média 180 mil pessoas. O caráter expulsor dessas zonas tende a ficar muito mais evidente ao se considerar as intensidades de emigração, cujos níveis foram sensivelmente superiores aos das demais áreas de São Paulo. Por outro lado, essas mesmas regiões foram as que menores contingentes de imigração receberam (o mesmo aconteceu a nível de taxas), representando no total apenas 7,8% de toda a imigração registrada nas diversas áreas do território paulista. A interpretação de tais características já foi apresentada em vários estudos (Motta, 1981), sendo os principais argumentos utilizados aqueles que se referem à especialização na atividade primária, acompanhada de um intenso processo de modernização técnico-econômica do campo.

Em suma, a Tabela 2 mostra que a análise da migração somente através dos resultados líquidos encobre fatos relevantes. Ao estimar em cerca de 1,6 milhões o saldo migratório para a

Grande São Paulo, não se estaria tomando em conta que, na verdade, os imigrantes que chegaram a essa região foram muito mais volumosos, aproximando-se da casa dos 2,4 milhões. A considerar os diferenciais que possam existir entre estes migrantes e a população residente e as implicações demográficas, sociais e econômicas que estes possam proporcionar, certamente, para uma análise precisa do fenômeno, não é o mesmo considerar uma ou outra medida. Por outro lado, informações interessantes sobre a emigração também deixariam de ser abordadas: não é um tanto inesperado o fato de que mais de 800 mil pessoas deixem a região metropolitana? Quem seriam estas pessoas e quais seriam os motivos de suas saídas? Respostas para estas perguntas não poderiam ser obtidas sem que estes emigrantes pudessem ser explicitamente identificados.

Observações da mesma índole poderiam ser feitas com relação às regiões consideradas de esvaziamento demográfico. É claro que as perdas populacionais aí foram significativas, contudo poderiam ter sido muito maiores não fora a existência de movimentos migratórios em direção a essas áreas. Da mesma forma que anteriormente, seria importante conhecer algo sobre as características da imigração para essas regiões, como: quantos seriam migrantes de retorno? Que características específicas teriam e que fatores motivaram esse tipo de movimento?

Perguntas deste tipo geram, naturalmente, a necessidade de que os dados da Tabela 2 sejam complementados por novas e mais específicas informações sobre os movimentos migratórios. Neste sentido, a discussão adicional acerca das correntes migratórias, a ser apresentada mais adiante, pode ser de muita valia, porquanto fornece novos elementos para uma posterior compreensão do fenômeno. O mesmo se pode dizer de estudos mais específicos sobre características dos migrantes e das áreas de origem e destino da migração.

A migração intra-regional

Uma das limitações impostas ao se considerar como unidades de análise as regiões administrativas do Estado refere-se ao fato de este estudo não considerar o fenômeno migratório a nível interno dessas áreas, não utilizando, assim, da forma mais adequada, a informação censitária disponível. No intuito de preencher esta lacuna, apresentam-se a seguir algumas indicações sobre o nível de mobilidade interna de cada uma das RAs, a fim de fornecer algum elemento de referência que poderá justificar ou não a realização de futuros estudos mais específicos em qualquer um dos casos.

Os números apresentados na Tabela 3 são bastante ilustrativos, já que representam o número de deslocamentos ocorridos entre municípios de uma região. Em termos destes volumes poder-se-iam destacar algumas regiões, tais como a Grande São Paulo, onde 920 mil pessoas eram migrantes intra-regionais, Campinas, Ribeirão Preto e até mesmo São José do Rio Preto.

O mesmo quadro traz dois conjuntos de valores que derivam da comparação entre os volumes anteriores e os volumes de imigração total e o volume referente apenas à imigração proveniente de dentro do Estado. A comparação somente com a imigração intra-estadual tem a propriedade de eliminar o efeito dos deslocamentos externos, que tendem a ser maiores nos



grandes centros. Tais cifras poderiam, portanto, ser interpretadas como estimativas do grau de movimentação interna das populações regionais na década de 70.

Como se vê na Tabela 3, ambas as estimativas permitem que se conclua que o nível de mobilidade intra-regional é maior nas regiões mais interioranas tais como: Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília. A única exceção fica por conta da área metropolitana, que apresenta cifras bem distintas em uma e outra estimativa, resultado, aliás, compreensível, haja visto que nessa zona predominam os imigrantes de fora do Estado. Neste caso, a segunda cifra aponta para uma intensa mobilidade no interior da região.

Tabela 3 — Importância Relativa da Migração Intra-Regional nas Regiões Administrativas Estado de São Paulo

Regiões Administrativas	Migração Intra-Regional (1)	Total de Emigrantes Registrados (2)	Total de Imigrantes Internos Registrados (3)	Importância Relativa com Relação a:	
				Imigrantes Total (1/2)	Imigrantes Internos (1/3)
Grande S. Paulo . .	920.423	3.383.502	1.464.045	27,2	62,9
Litoral	101.030	366.674	230.355	27,5	43,9
V. Paraíba	90.117	282.288	177.754	31,9	50,7
Sorocaba	130.249	337.570	252.130	38,6	51,7
Campinas	259.983	968.957	654.628	26,8	39,7
Ribeirão Preto . . .	161.383	394.759	286.514	40,9	56,3
Bauru	55.065	156.437	125.857	35,2	43,7
S. José Rio Preto . .	147.011	256.906	223.281	57,2	65,8
Araçatuba	56.214	125.796	101.702	44,7	55,3
Presidente Prudente .	91.368	176.118	138.121	51,9	66,2
Marília	64.467	153.155	119.093	42,0	54,1

FONTE: IBGE. Censo demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)

(1) Correspondem a todas as pessoas de uma determinada região, não-naturais do município onde residem atualmente, com menos de 10 anos de residência.

Conclui-se, portanto, que a mobilidade interna tende a ser maior nas regiões mais distantes do centro urbano-industrial do Estado de São Paulo. Não há dúvida que se trata de um fato interessante: é justamente nas regiões de maior expulsão populacional que a mobilidade interna é maior. Talvez essa movimentação esteja condicionada pela predominância da atividade primária nessas áreas. Se por um lado esta característica limita o desenvolvimento e capacidade de retenção populacional dos municípios, gerando migração rumo aos poucos centros atrativos das regiões, por outro, pode propiciar o deslocamento contínuo de trabalhadores entre pequenas localidades, em busca de novas oportunidades de trabalho no próprio campo. No caso específico da Grande São Paulo, região eminentemente industrial, a importância da mobilidade interna, quando relativizada ao conjunto dos deslocamentos intra-estaduais, deve ser reflexo do processo de periferização da população da capital paulista, que ganhou força na década

da de 70, condicionado pela evasão populacional para áreas de menor valor do solo urbano ou mesmo pela industrialização de municípios vizinhos (7).

ANÁLISE DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS

Características gerais

No estudo da matriz dos movimentos populacionais em São Paulo (Anexo), onde são apresentadas as várias correntes migratórias (8), saltam à vista certos aspectos que, num primeiro momento, possibilitariam estabelecer algumas das principais especificidades da migração no Estado, no que tange à direção e sentido em que se produzem.

Constata-se, assim, que, tanto no conjunto dos fluxos que partiam de uma determinada região administrativa como nos que convergiam para esta, somente um pequeno número deles concentrava a maior parte dos migrantes, o que estaria indicando que tanto a emigração como a imigração dessas áreas davam-se, em grande parcela, somente em algumas direções.

Ao enfocar, primeiramente, os principais pontos de origem da migração para as RAs, para efeito de melhor compreensão, poder-se-iam considerar, por um lado, as origens externas e, por outro, as internas.

Quanto às principais destacam-se os estados do Nordeste (994.431 migrantes), Minas Gerais (329.496) e Paraná (317.146). A não ser nos casos das regiões de Campinas e Grande São Paulo, esta o maior centro receptor de imigrantes externos, os destinos preferenciais obedecem a um critério muito claro, que está ligado à localização das RAs e diz respeito ao estado de origem, qual seja, a proximidade entre ambos. Assim, o Paraná responde por grande parte dos migrantes externos enumerados nas regiões do Oeste Paulista – representando desde 31% em São José do Rio Preto e Araçatuba, até 74% no caso de Marília –, do mesmo modo que Minas Gerais com relação ao Vale do Paraíba (mais de 44%).

Ainda como origem alternativa poder-se-ia apontar a região Centro-Oeste, que teve importante participação relativa no conjunto da migração externa registrada nas regiões de Presidente Prudente (27%), São José do Rio Preto (23%) e, fundamentalmente, em Araçatuba, onde mais de 40% dos imigrantes externos provinham desta zona (*vide* matriz migratória no Anexo).

No caso dos imigrantes internos observa-se que, em todas as RAs, os fluxos relativamente mais importantes (Tabela 4 – ver página seguinte), exceto no caso de Araçatuba, tiveram como origem a zona metropolitana, tendo esta última experimentado suas maiores perdas populacionais em favor das regiões de Campinas, litoral e demais áreas vizinhas.

Como origens internas secundárias destacam-se as regiões do Oeste Paulista que, como mostra a Tabela 4, na maioria das vezes figuram entre as áreas de partida mais importantes



Tabela 4 - Origens e Destinos de Imigrantes e Emigrantes das Regiões Administrativas, Segundo a Importância Relativa no Conjunto dos Movimentos Internos
Estado de São Paulo
1970/1980

Regiões Administrativas	Total dos Movimentos Internos (Intra-Regionais) (*)		Origem dos Imigrantes	%	Destino dos Emigrantes	%
	Imigração (*)	Emigração				
Grande São Paulo	460.297	451.679	Marília	13,8	Campinas	30,1
			Pres. Prudente . .	13,4	Litoral	18,7
			Campinas	13,2	Vale do Paraíba	12,2
			Sorocaba	10,2	Sorocaba	11,8
			S. José do R. Preto	10,0	R. Preto	9,5
			R. Preto	9,7		
Litoral	119.649	70.972	Litoral	9,6		
			Grande S. Paulo	70,6	Grande S. Paulo	62,4
Vale do Paraíba . .	80.962	48.102	Grande S. Paulo	67,9	Campinas	12,3
					Grande S. Paulo	59,8
Sorocaba	110.783	933.145	Litoral		Litoral	19,3
			Grande S. Paulo	48,2	Campinas	1,6
			Marília	15,2	Grande S. Paulo	50,4
Campinas	363.270	125.706	Campinas	13,3	Campinas	20,2
			Grande S. Paulo	37,4	Grande S. Paulo	48,33
			S. José do R. Preto	13,1	R. Preto	14,4
Ribeirão Preto . .	110.968	109.369	Pres. Prudente	10,3	Sorocaba	11,7
			Grande S. Paulo	38,8	Grande S. Paulo	41,0
			S. José do R. Preto	22,2	Campinas	31,1
Bauru	64.159	85.149	Campinas	16,4	S. José do R. Preto	11,8
			Grande S. Paulo	27,8	Grande S. Paulo	35,6
			Marília	25,5	Campinas	23,5
S. José do R. Preto	67.806	141.397	Sorocaba	11,8	Marília	10,9
			Grande S. Paulo	34,2	Campinas	33,7
			Araçatuba	24,0	Grande S. Paulo	32,6
Araçatuba	40.338	98.723	R. Preto	19,0	R. Preto	17,4
			S. José do R. Preto	30,7	Grande S. Paulo	33,1
			Grande S. Paulo	25,0	Campinas	26,7
Pres. Prudente . .	39.878	136.126	Pres. Prudente	11,5	S. José do R. Preto	16,5
			Grande S. Paulo	33,9	Grande S. Paulo	45,1
			Marília	26,0	Campinas	27,4
Marília	48.673	146.413	Araçatuba	16,1		
			Grande S. Paulo	31,3	Grande S. Paulo	43,5
			Pres. Prudente	24,0	Campinas	18,4
			Bauru	19,2	Sorocaba	11,8
					Bauru	11,2

FONTE: Matriz de Fluxos Migratórios (Anexo)

(*) Não inclui 189.388 imigrantes sem declaração de município de residência.

de fluxos migratórios, em direção, principalmente, à Grande São Paulo e Campinas. É interessante notar ainda, que, em muitos casos, esta importância varia, para cada uma destas regiões, de acordo com a distância que as separa da respectiva zona de destino. Somente como forma de exemplificar o anterior, pode-se tomar o caso de Marília, que aparece como o segundo lugar de origem dos migrantes que chegam a Sorocaba e Bauru, ambas limítrofes à primeira.

Finalmente, deve-se ressaltar, por um lado, a relevância dos fluxos que tiveram sua origem na região de Campinas em direção fundamentalmente à Grande São Paulo e, por outro lado, o caráter insólito da região metropolitana, no sentido de ter sido o grande foco de onde se originaram as mais importantes correntes migratórias para as demais regiões e, ao mesmo tempo, como se verá a seguir, ter recebido grandes contingentes de imigrantes das mesmas.

Efetivamente, a região metropolitana destacou-se como o grande pólo de atração da maior parte dos migrantes provenientes das demais áreas do Estado. Para todas elas, a maioria de seus emigrantes (porcentagem não inferior aos 33%) tomaram o rumo da Grande São Paulo, sendo que, em alguns casos, como o Litoral, Vale do Paraíba e Sorocaba, as correntes estabelecidas abrigaram mais da metade da evasão populacional registrada (Tabela 4). Da mesma forma, Campinas constituiu-se, via de regra, no segundo destino escolhido pelos imigrantes internos, chegando a ser o primeiro para as pessoas procedentes de São José do Rio Preto.

Novamente observa-se que as demais áreas preferenciais de afluxo responderam ao critério de proximidade à zona de emissão dos migrantes.

Assim, do diagnóstico da matriz dos movimentos migratórios do Estado pode-se concluir que, para cada uma das RAs, as principais correntes formadas, sejam aquelas que partiam da zona ou as que chegavam a ela, numa primeira instância estiveram ligadas, respectivamente, ao caráter atrativo das regiões da Grande São Paulo e Campinas e ao grande contingente de emigrantes liberados pela primeira. Tais observações somam novas evidências empíricas para que seja sustentada a hipótese acerca do caráter de região de destino intermediário da Grande São Paulo.

Também foi possível identificar que a maior parte dos fluxos de importância secundária, mas de volumes relevantes, tiveram suas origens, fundamentalmente, nas regiões do Oeste Paulista (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília). No que diz respeito às direções preferenciais dessas correntes de menor expressão, observou-se que, em geral, existia elevada associação com a localização geográfica da área de origem em relação à de destino, no sentido de haver predominância dos deslocamentos a curta distância, em geral, entre regiões limítrofes.

No que tange aos movimentos de origem externa pode-se destacar uma vez mais a Grande São Paulo como o grande centro de atração de migrantes de outros estados, em especial aqueles do Nordeste, Minas Gerais e Paraná. Exceto Campinas, as demais zonas preferenciais também apresentavam certa proximidade com o estado de origem dos imigrantes.



A migração inter-regional: as correntes migratórias mais volumosas

Tendo identificado para as RAs os principais destinos de seus emigrantes, assim como as mais importantes áreas de onde procedem seus imigrantes, pretende-se estabelecer, no conjunto dos deslocamentos internos, quais foram os principais fluxos responsáveis pelo grau de mobilidade interna observado na década de 70. Como já se adiantou, cerca de 38% dos imigrantes encontrados nas diversas RAs (ao redor de 1,7 milhões de pessoas) tinham como origem alguma região do Estado, o que se não é uma proporção elevada é, no mínimo, relevante e significativo. Vale lembrar que este percentual só não é maior em decorrência dos grandes contingentes de imigrantes (quase 2 milhões) que chegam à Região Metropolitana, provenientes de outros estados.

O mapa que se apresenta a seguir contém todas as correntes migratórias internas com volumes superiores aos 20 mil migrantes. Estas 24 correntes, correspondentes a cerca de 22% de todas as possíveis (entre 11 regiões, podem formar-se 110 correntes distintas), abrigaram mais de 64% do total de imigrantes internos que se dirigiam para algumas das RAs na década passada.

Como pode ser visualizado no Mapa 2, a maior parte das correntes migratórias mais volumosas tomaram a direção das regiões da Grande São Paulo e Campinas, confirmando uma vez mais o caráter atrativo destas duas áreas.

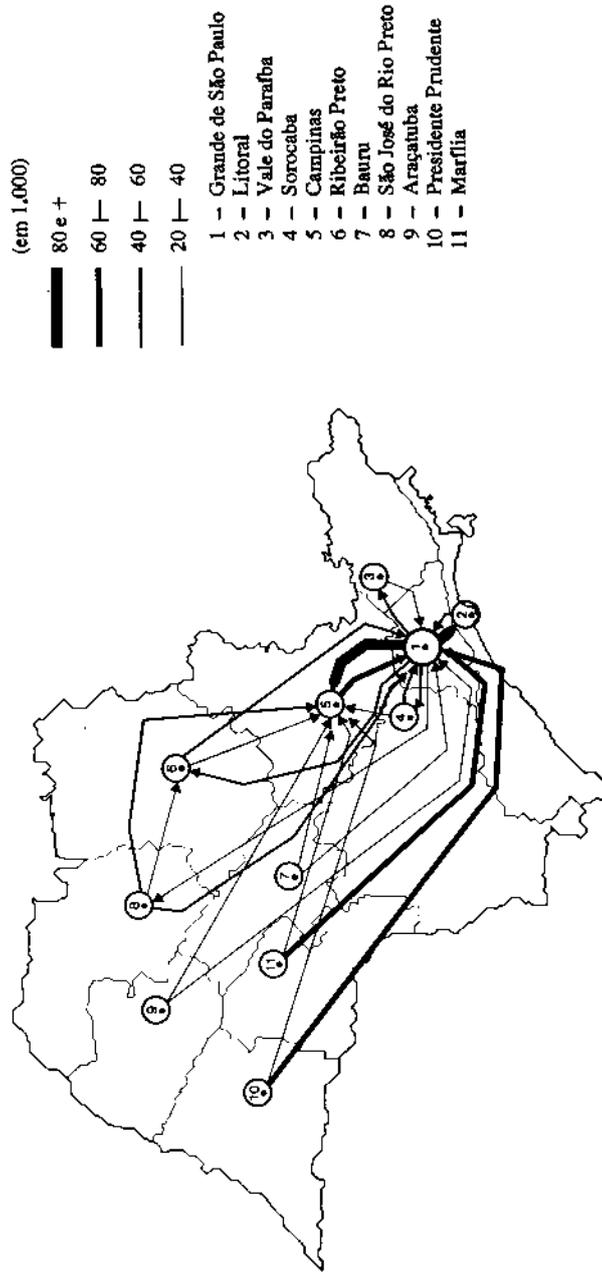
Percebe-se também que os maiores fluxos que chegam à Região Metropolitana provêm das regiões de Presidente Prudente (61 mil), Marília (64 mil) e Campinas (61 mil pessoas). Por sua vez, esta última região recebeu grande quantidade de migrantes da Grande São Paulo (mais de 135 mil pessoas) configurando, assim, a incidência de importantes trocas mútuas entre essas regiões, o que tendeu a favorecer Campinas. Nesta última região poder-se-ia também destacar a migração proveniente da área de São José do Rio Preto, a mais volumosa de todo o interior paulista (mais de 46 mil migrantes).

Ainda no Mapa 2 evidenciam-se trocas populacionais mútuas significativas entre a Grande São Paulo e as regiões vizinhas como Sorocaba, Vale do Paraíba e, fundamentalmente, Litoral, que recebe da Região Metropolitana um dos maiores contingentes verificados no conjunto das correntes migratórias internas do Estado (84 mil pessoas). Além disso, da Região Metropolitana partem também algumas correntes volumosas para regiões mais distantes como é o caso de Ribeirão Preto (mais de 43 mil).

No sentido das regiões de Bauru e Oeste Paulista não se constata a presença de fluxos, sendo a única exceção a região de São José do Rio Preto, que figura no Mapa 2 como área de destino de uma corrente com origem na Grande São Paulo. Tal constatação, contudo, não foge em nada do esperado, dadas as características migratórias destas regiões.

Caberia também fazer menção especial à região de Ribeirão Preto, que recebeu, como já se fez notar, significativo contingente de migrantes da Região Metropolitana de São Paulo. Tal destaque se justifica pela magnitude destes deslocamentos, que foi muito maior do que as registradas em todas as regiões do interior do Estado e não limítrofes à Grande São

Mapa 2 – Correntes Migratórias Inter-Regionais mais Significativas, Segundo o Número de Migrantes
Regiões Administrativas
1980



FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.



Paulo. Deve-se salientar ainda que a existência de um fluxo importante partindo da área de São José do Rio Preto em sua direção constitui-se numa outra particularidade desta região. É importante reiterar que é bem provável que o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, instituído em 1975, tenha contribuído sobremaneira para a consolidação da região de Ribeirão Preto como um foco de atração populacional (9).

As correntes migratórias líquidas: o balanço das trocas populacionais para as regiões administrativas de São Paulo

A análise das correntes migratórias líquidas é interessante à medida que permite estabelecer o resultado e, por conseguinte, o impacto a nível das duas áreas envolvidas, das trocas populacionais mútuas ocorridas num determinado período. Assim, a partir do confronto entre o volume de migrantes que saem de uma região específica em direção a outra e desta última para a primeira, é possível conhecer qual delas obteve ganhos, no balanço final, e qual sofreu perdas populacionais.

Neste sentido, lança-se mão da matriz das trocas migratórias (Tabela 5 – ver página seguinte), a partir da qual se pode tecer os seguintes comentários:

- a) Na Grande São Paulo prevaleceram as perdas populacionais líquidas para todas as regiões vizinhas – com destaque especial para Campinas (75.126 pessoas) e Litoral (40.120) – à exceção de Bauru. Enquanto isso, os ganhos deram-se em detrimento das áreas mais interiores, como Ribeirão Preto e as demais regiões do Oeste Paulista, das quais se destacam Presidente Prudente (47.965 migrantes) e Marília (48.506);
- b) Todas as correntes migratórias internas envolvendo o Litoral (com exceção daquela formada com a região de Campinas), resultaram em ganhos líquidos de população para esta zona;
- c) Saldos migratórios positivos também são constatados para as regiões do Vale do Paraíba e Campinas, na maioria das correntes estabelecidas, sendo exceções em cada caso, respectivamente, aquelas em direção ao Litoral e Vale do Paraíba. Deve-se destacar os volumes elevados de migração líquida positiva, em geral, apresentados por Campinas, destacando-se, entre outros, aqueles decorrentes dos fluxos formados com a Grande São Paulo (já assinalado), São José do Rio Preto (41.099), Presidente Prudente (34.968) etc.;
- d) Para a região de Sorocaba foram registrados saldos positivos nas trocas migratórias efetuadas com as regiões do Oeste Paulista – Marília, em especial (mais de 13 mil pessoas) –, Grande São Paulo e Ribeirão Preto. As perdas populacionais deram-se para as demais regiões, principalmente para Campinas (5.938 migrantes) e Bauru (1.525);
- e) Os maiores ganhos da região de Bauru deram-se nos fluxos formados com a Grande São Paulo (cerca de 12,5 mil pessoas) e Marília (7 mil pessoas), apesar de também haverem sido evidenciados saldos positivos com Sorocaba, Araçatuba e Presidente Prudente. Em contrapartida, com as regiões restantes, especialmente Campinas e Ribeirão Preto, os resultados finais dos intercâmbios de população foram-lhes desfavoráveis, resultando em perdas da ordem de 15 e 3 mil pessoas respectivamente;

Tabela 5 – Trocas Migratórias Líquidas Entre as Regiões Administrativas (*)
Estado de São Paulo

Residência Atual	Residência Anterior											
	Grande São Paulo	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru	São José do Rio Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília	Outros Estados
G.S. Paulo	-											+ 1.557.151
Litoral	40.120	-										+ 108.777
V. Paraíba	25.982	- 2.456	-									+ 80.820
Sorocaba	6.475	- 592	- 831	-								+ 69.597
Campinas	75.126	1.798	- 162	5.938	-							+ 266.661
Ribeirão Preto	- 1.789	- 1.218	- 1.214	- 512	- 15.809	-						+ 69.133
Bauru	12.522	- 897	- 711	1.525	- 14.956	- 2.920	-					+ 23.326
S.J.R.P.	- 22.895	- 779	- 1.329	- 966	- 41.099	- 11.722	495	-				- 5.452
Araçatuba	- 22.644	- 911	- 1.101	- 1.435	- 23.632	- 2.767	- 590	- 3.902	-			- 6.506
P. Prudente	- 47.965	- 1.928	- 2.306	- 4.111	- 34.968	- 2.687	- 2.356	- 4.177	1.798	-		- 6.376
Marília	- 48.506	- 1.555	- 1.679	- 13.025	- 24.400	- 2.045	- 7.040	- 403	- 395	1.308	-	+ 2.038

FONTE: Matriz de fluxos migratórios (Anexo)

(*) Não incluí os migrantes que não declararam o município de residência anterior.

(+) Ganhos da região de "Residência Atual"

(-) Ganhos da região de "Residência Anterior"



- f) Ribeirão Preto e São José do Rio Preto mostram muita semelhança quanto ao resultado dos deslocamentos nas correntes estabelecidas com as demais áreas. Os ganhos dão-se sempre em detrimento das regiões do Oeste Paulista e Bauru, enquanto que os saldos negativos resultam dos fluxos orientados ao Litoral, Vale do Paraíba, Sorocaba e, fundamentalmente, Campinas e Grande São Paulo. Em termos das magnitudes envolvidas percebe-se, contudo, diferenças importantes: Ribeirão Preto obteve maiores ganhos populacionais ao mesmo tempo que apresentou volumes de emigração líquida sensivelmente menores;
- g) Quanto às regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, observa-se que todas elas experimentaram perdas populacionais líquidas – em vários casos significativas – no intercâmbio com as demais regiões. Para cada uma dessas áreas apenas uma exceção foi encontrada e corresponde ao saldo positivo registrado em alguma das trocas mútuas destas mesmas regiões.

Embora a informação disponível não tenha permitido conhecer as trocas líquidas externas segundo cada corrente migratória formada, é possível apresentar pelo menos as magnitudes globais desta classe de intercâmbio para cada uma das RAs.

Assim, como se adverte na última coluna da Tabela 5, a maioria das regiões de São Paulo obtiveram ganhos líquidos no conjunto das trocas populacionais efetuadas com as áreas externas. Os volumes envolvidos quase sempre foram bastante expressivos como no caso da Grande São Paulo, 1,5 milhões de pessoas, de Campinas, 266 mil, etc. Nas únicas exceções, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, foram constatados, contudo, contingentes de migração líquida negativa relativamente desprezíveis quando comparados aos volumes anteriores.

Um aspecto muito interessante que emerge dos dados acima considerados salta à vista quando estes são comparados aos saldos migratórios totais registrados para cada uma das RAs (veja também o Mapa 1). Observa-se assim que, nos casos das regiões onde foram constatados ganhos populacionais líquidos, tanto internos como externos (exceto Bauru), os intercâmbios com outros estados foram sempre responsáveis por elevada parcela desses saldos positivos, alcançando desde 50% em Campinas até quase a totalidade (94%) no caso da Grande São Paulo. Fica claro, portanto, o papel decisivo que os movimentos interestaduais desempenham na determinação das características migratórias de muitas das regiões administrativas do Estado de São Paulo. Não menos importante é o fato de, através de comparação análoga à anterior, constatar-se que, nas regiões de emigração líquida, são agora os movimentos intra-estaduais os principais responsáveis por aquela condição.

As considerações feitas nesta seção permitem, por conseguinte, estabelecer não só em que direções dão-se os ganhos ou perdas populacionais no Estado de São Paulo, mas também em quais destas teriam ocorrido as trocas de população mais importantes na determinação das características apresentadas pelas RAs no resultado final do processo migratório do período em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta primeira incursão à informação específica sobre os movimentos migratórios disponíveis no Censo de 1980, foi possível esclarecer vários aspectos que até então permaneciam encobertos pelas análises tradicionais – mas não menos importantes – dos saldos migratórios. A possibilidade de se contar com os volumes e direções da emigração e imigração abriram novas portas, não somente para uma melhor caracterização do fenômeno migratório a nível das unidades de análise consideradas, como também forneceu novos elementos que certamente facilitarão o estudo dos condicionantes dos movimentos populacionais no Estado de São Paulo.

Quanto a este último aspecto, foi interessante constatar o grande peso que a imigração de outros estados teve no conjunto dos movimentos que convergiam para algumas áreas de São Paulo; em geral foram naquelas regiões de maior desenvolvimento relativo que esta situação foi observada. Outro fato de grande interesse analítico diz respeito à predominância dos destinos internos nos deslocamentos originados na grande maioria das RAs; isto, em parte, estaria ligado às tendências apresentadas em outros estudos (Cunha, 1986 a), como a extrapolação dos limites da Região Metropolitana, o crescimento elevado da região de Campinas e até mesmo o surgimento de novos pólos de concentração demográfica no interior do Estado.

Não menos relevantes foram as verificações feitas que davam conta da importância dos volumes de emigração e imigração, respectivamente, em regiões caracterizadas como de atração e de evasão populacional. Estas novas informações, que até o momento não tinham sido consideradas, agregam elementos que certamente deverão demandar maiores esforços de interpretação dos movimentos da população no Estado, possibilitando, contudo, um melhor e mais profundo conhecimento sobre o tema.

Agora, talvez os resultados mais interessantes deste estudo tenham sido obtidos na análise das correntes migratórias. Entre estes resultados, chamou bastante atenção a concentração de grande parte dos deslocamentos ocorridos em um número reduzido de correntes migratórias, as quais tinham, preferencialmente, como destinos a Grande São Paulo e Campinas.

Sem negar e tampouco diminuir a importância das migrações interestaduais – que, por sinal, foi maior nos grandes centros do Estado – a maior novidade ficou por conta das constatações feitas acerca dos movimentos intra-estaduais. Neste sentido, o que mais se destacou foram as características predominantes da mobilidade interna em São Paulo na década de 70.

Independentemente do fato de grande parte desta movimentação ter sido fruto das já tradicionais migrações desde zonas de menor para aquelas de maior dinamismo urbano-industrial (em geral deslocamentos feitos a longa distância), surgiram como fatos notáveis os grandes volumes de emigração experimentados pela Região Metropolitana, fundamentalmente, para as zonas vizinhas (migração a curta distância). Também caracterizando-se como deslocamentos a curta distância, destacaram-se a migração intra-regional – significativa em várias zonas – e os intercâmbios observados, em volumes consideráveis, entre algumas áreas do interior paulista.



Neste contexto, pode-se pensar que talvez os condicionantes do processo migratório interno no Estado de São Paulo tenham sido muito mais variados e complexos que a simples consideração da dicotomia área industrializada vs área tradicional. Assim sendo, é mister que estudiosos interessados no tema façam esforços no sentido de buscar – além das apresentadas aqui a nível de hipóteses – novas linhas de explicação do fenômeno. Esta tarefa torna-se ainda mais imprescindível caso se considere que há grandes possibilidades de esta tendência de alto nível de mobilidade interna persistir ou até se acentuar na década de 80.

NOTAS:

1. Sobre o período a que se refere os volumes apresentados, veja “Considerações Metodológicas”.
2. Na verdade, como não-natural de uma determinada região de residência atual, foi considerado o indivíduo não-natural e residente em municípios pertencentes à esta região, que é a informação disponível no Censo Demográfico.
3. Fundação SEADE: *Análise Demográfica Regional*, série que traz diagnósticos sobre as características demográficas e sócio-econômicas de cada uma das regiões administrativas do Estado de São Paulo.
4. Deve-se frisar que, no decorrer do trabalho, tanto na categoria “imigrantes” como “emigrantes” não serão considerados os intra-regionais. Contudo, os deslocamentos populacionais entre municípios de uma mesma região representaram parcela importante (32%) no total dos movimentos intermunicipais. Sempre que estes sejam levados em conta, far-se-á notar explicitamente no texto.
5. Talvez fosse mais conveniente considerar separadamente a região de Bauru, a única zona onde a migração líquida positiva atinge valor pouco significativo.
6. No passado, Bauru foi uma região de expulsão demográfica, característica que foi perdendo progressivamente ao longo do tempo, fundamentalmente na década de 70, com o advento da agroindústria proporcionada pelo Projeto Proálcool. Para maiores detalhes ver Camargo, 1983.
7. Sobre alguns aspectos do processo de periferização, veja: Bógus, 1981; Kowarick, 1979; Camargo et al, 1975; Cunha, 1986b.
8. Por razões expostas na seção sobre considerações metodológicas, não se pode contar com informação acerca das correntes que partiam do Estado de São Paulo em direção a outras áreas externas. Contudo, sabe-se, como já se adiantou no texto, que a importância relativa destes movimentos é pouco significativa.

- (9) Resultados neste sentido foram obtidos por uma pesquisa realizada pelo então Grupo Especial de Análise Demográfica (GEADE). Para tanto, veja Motta & Quinteiro, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÓGUS, L.M.M. – 1981. *Vila do Encontro: a cidade chega à periferia*. São Paulo, FAU/USP, 82 p. (Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Mestre).
- CAMARGO, A.B.M. et al – 1975. *São Paulo - 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola.
- CAMARGO, A.B.M. – 1983. *Região de Bauru: uma área de recuperação demográfica*. Análise Demográfica Regional, 8.
- CUNHA, J.M.P. – 1986a. “Aspectos qualitativos do processo de redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo – 1960/1980”. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, ABEP, 1986.
- – 1986b. “Os Deslocamentos populacionais na década de 70 na Grande São Paulo: um enfoque das correntes migratórias”. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, ABEP, 1986.
- FURTADO, A. – 1986. Desconcentração industrial. *Série São Paulo 80*, São Paulo, Fundação SEADE, 3.
- INFORME DEMOGRÁFICO – 1981. São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, n. 6.
- – 1985. São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, n. 16.
- KOWARICK, L. – 1979. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOTTA, A.C.C.R. – 1981. Análise dos fatores determinantes das migrações em São Paulo. *Informe Demográfico*, São Paulo, (6).
- MOTTA, A.C.C.R. & QUINTEIRO, M.C. – 1983. Repercussão do Proálcool no comportamento migratório do Estado de São Paulo. *Informe Demográfico*, São Paulo, (10).



ABSTRACT – MIGRATION IN THE ADMINISTRATIVE REGIONS OF THE STATE OF SÃO PAULO ACCORDING TO THE CENSUS OF 1980 – The purpose of this study is to analyse intra-regional migration in the State of São Paulo, using special tabulations from the Demographic Census of 1980. Firstly, the main characteristics of migration in the administrative regions of the state are stressed. Greater emphasis is given to volume and intensity of out-migration and in-migration registered in each of the regions in the 70s. Later on, with the analysis of streams in the global migration process in the State of São Paulo, an attempt is made to show the directions of these movements, the importance of the various flows, as well as the net outcome of displacements between the different administrative regions.

ANEXO Matriz das Correntes Migratórias
Estado de São Paulo
1970/1980

Região de Residência Anterior	Região de Residência Atual					
	Grande São Paulo	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto
Total Geral	3.383.502	366.674	282.288	337.570	968.957	394.759
Total do Estado	1.464.045	230.355	177.754	252.130	654.628	286.514
Grande São Paulo	920.423	84.439	54.964	53.428	135.913	43.111
Litoral	44.319	101.030	6.854	5.375	8.728	2.222
Vale do Paraíba	28.982	9.310	90.117	1.729	5.581	927
Sorocaba	46.953	5.967	2.560	130.249	20.696	2.259
Campinas	60.787	6.930	5.743	14.758	259.983	18.173
Ribeirão Preto	44.900	3.440	2.141	2.771	33.982	161.383
Bauru	30.354	1.667	1.067	6.038	20.009	7.276
S. José do Rio Preto	46.082	1.572	1.798	1.650	47.632	24.614
Araçatuba	32.723	1.560	1.346	2.217	26.370	4.888
Presidente Prudente	61.466	2.460	2.627	5.591	37.347	3.840
Marília	63.731	2.303	1.862	17.226	27.012	3.658
S. Paulo s/ Esp.	83.325	9.677	6.675	11.098	31.375	14.163
R. Janeiro/E. Santo	79.724	10.465	16.815	1.957	8.808	1.804
Minas Gerais	329.496	17.883	46.763	8.843	87.418	46.400
Paraná	317.146	15.192	18.885	56.250	145.785	32.950
Sta. Catarina/R.G.S.	31.615	5.020	1.562	1.883	3.768	904
Nordeste	994.431	73.119	13.285	10.971	39.315	13.056
Centro-Oeste	60.235	4.188	2.476	2.939	19.584	10.861
Norte	14.412	1.070	693	266	1.796	685
Estrangeiros	59.555	2.366	1.589	735	4.794	848
Sem Especificação	626	22	7	170	83	82

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)



Região de Residência Atual						Total
Bauru	S. J. R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Outros Estados	
156.437	256.906	125.796	176.118	153.155	-	6.602.162
125.857	223.281	101.702	138.121	119.093	1.354.999	3.773.480
17.832	23.187	10.079	13.501	15.225	685.686	1.372.102
770	775	649	532	748	362.306	172.002
356	469	245	321	183	27.542	138.220
7.563	684	782	1.480	4.201	23.714	223.394
5.053	6.533	2.738	2.379	2.612	15.843	385.689
4.356	12.892	2.121	1.153	1.613	47.668	270.752
55.065	3.185	4.330	1.901	9.322	39.112	140.214
2.690	147.011	12.397	1.825	1.137	7.054	288.408
4.920	16.299	56.214	6.431	1.969	39.077	154.937
4.257	2.242	4.633	91.368	11.663	30.600	227.494
16.362	1.540	2.364	10.355	64.467	44.373	210.880
6.633	8.464	5.150	6.875	5.953	32.024	189.388
564	610	358	543	551	-	42.475
2.765	8.546	1.990	2.200	2.254	-	554.558
17.970	10.301	7.585	19.758	25.364	-	667.186
348	218	190	321	241	-	46.070
3.904	5.204	3.392	4.139	2.508	-	1.163.324
3.252	7.680	9.772	10.301	2.029	-	133.317
207	355	282	139	305	-	20.210
262	292	221	150	229	-	71.041
3	10	38	8	8	-	1.057